



Nº de ordem	1.143/2014
Registrado no Livro de Arquivo Público e	
Publicado no placar da Prefeitura	
Em	22 / 12 / 2014
Miry Helen Rocha	
Responsável	

**LEI Nº 1.143 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.**

**"Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito - DMT, da Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI e dá outras providências".**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU, Estado de Goiás,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Montividiu aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - A Secretaria Municipal de Administração, contará com um Departamento Municipal de Trânsito, que será o órgão executivo de trânsito para efeitos do que determina a Lei Federal Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, encarregado de coordenar as ações relacionadas à circulação viária no âmbito municipal.

**Art. 2º** - Compete ao Departamento Municipal de Trânsito:

**I** - Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

**II** - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas;

**III** - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;

**IV** - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsitos e suas causas;

**V** - estabelecer, em conjunto com órgão de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

**VI** - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamentos e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

**VII** - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas na Lei N.º

scf.



9.503, de 23 de setembro de 1997 e descritas em atos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

**III** – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas as infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas aplicadas;

**IX** – fiscalizar o cumprimento do disposto no artigo 95, da Lei Federal n.º 9.503, de 23/09/1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas;

**X** – implantar, manter, operar e fiscalizar, o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

**XI** – arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

**XII** – credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltas, e transportes de carga indivisível;

**XIII** – integrar-se a outros órgãos e entidades do sistema nacional de trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas a unificação do licenciamento, à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de proprietários dos condutores, de uma para outra unidade da federação;

**XIV** – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

**XV** – promover e participar de projetos e programas de Educação e Segurança de Trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

**XVI** – planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

**XVII** – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal,

Soc



fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;

**XVIII** - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;

**XIX** - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

**XX** - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, da Lei Federal nº 9.503 de 23/09/1997, além de dar apoio às específicas de órgão ambiental, quando solicitado;

**XXI** - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial por transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para sua circulação;

**XXII** - coordenar e fiscalizar os trabalhos na área de Educação de Trânsito no Município;

**XXIII** - executar, fiscalizar e manter em perfeitas condições de uso a sinalização semafórica;

**XXIV** - realizar estatística no que tange a todas as peculiaridades dos sistemas de tráfego.

**Art. 3º**- O Departamento Municipal de Trânsito terá a seguinte estrutura:

**I** - Seção de Engenharia e Sinalização;

**II** - Seção de Fiscalização, Tráfego e Administração;

**III** - Seção de Educação de Trânsito;

**IV** - Seção de Controle e Análise de Estatística de Trânsito.

**Art. 4º** - O Departamento Municipal de Trânsito terá como responsável um Chefe, nomeado pelo Prefeito Municipal, cujo titular será considerado autoridade de trânsito para todos os efeitos legais, e ao qual compete:

**Parágrafo único** - O chefe do Departamento Municipal de Trânsito é a autoridade competente para aplicar as penalidades previstas na legislação de trânsito.

**Art. 5º** - À Seção de Engenharia e Sinalização compete:

Sap.



**I** – planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viário;

**II** – planejar o sistema de circulação viária do município;

**III** – proceder a estudos de viabilidade técnica para implantação de projetos de trânsito;

**IV** – integrar-se como os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viário para aprovação de novos projetos;

**V** – elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo os padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme normas do COTRAN, DENATRAN E CETRAN;

**VI** – acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados.

**Art. 6º** - À Seção de Fiscalização, Tráfego e Administração compete:

**I** – administrar o controle de utilização dos talões de multa, processamentos dos autos de infração e cobranças das respectivas multas;

**II** – administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos;

**III** – controlar as áreas de operação de campo, fiscalização e administração do pátio e veículos;

**IV** – controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização;

**V** – operar em segurança das escolas;

**VI** – operar em rotas alternativas;

**VII** – operar em travessia de pedestres e locais de emergência sem a devida sinalização;

Soc.





**VIII** - operar a sinalização (verificação ou deficiências na sinalização).

**Art. 7º** - À Seção de Educação de Trânsito compete:

**I** - promover a Educação de Trânsito junto a Rede Municipal de Ensino, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;

**II** - promover campanhas educativas e o funcionamento de escolas públicas de trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo COTRAN;

**Art. 8º** - À Seção de Controle e Análise de Estatística de Trânsito compete:

**I** - coletar dados estatísticos para elaboração de estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;

**II** - controlar os dados estatísticos da frota circulante do município;

**III** - controlar os veículos registrados e licenciados no município;

**IV** - elaborar estudos sobre eventos e obras que possam perturbar ou interromper a livre circulação dos usuários do sistema viário;

**Art. 9º** - O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art. 320, da Lei Federal 9.503, de 23/09/1997.

**Art. 10** - Fica Criado no Município de Montividiu uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pelo Departamento Municipal de Trânsito, criado nos termos desta lei, e na esfera de sua competência.

**Art. 11** - A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

**I** - 01 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

sap



**II** - 01 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

**III** - 01 (um) representante de entidade representativa da sociedade, escolhida preferencialmente entre aquelas que desenvolvem ações na área de trânsito;

**§ 1º** - O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

**§ 2º** - facultada a suplência;

**§ 3º** - É vedado ao integrante da JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE.

**Art. 12** - A nomeação dos integrantes da JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

**Parágrafo único** - O mandato dos membros da JARI será de dois anos, permitida a recondução.

**Art. 13** - A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) sobre a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

**Art. 14** - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

**Art. 15** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU,**  
**Estado de Goiás,** aos 22 (vinte e dois) dias do mês de dezembro de 2014.

  
**SUELY GONÇALVES CRUVINEL**  
**Prefeita Municipal**